



JAIR VERSUS PAULO: o enquadramento da política em editoriais da Folha e do Estadão¹

JAIR VERSUS PAULO: the framing of politics in Folha and Estadão editorials

Francisco Verri²
Tatiana Amorim³
Aline da Silva Schons⁴

Resumo: O artigo analisa o enquadramento dos editoriais da Folha e do Estadão em relação a Jair Bolsonaro e Paulo Guedes. Para tanto, foram selecionados os editoriais dos primeiros dois anos de governo (2019 e 2020) e, a partir dessa primeira seleção, foi aplicada a técnica da semana construída para adequação do corpus. Entre os editoriais analisados foram encontrados três eixos temáticos: ameaça à democracia, crise econômica e patrimonialismo. Os quadros aplicados aos personagens foram: positivo, negativo e equilibrado. Percebemos que em todos os eixos temáticos Bolsonaro foi enquadrado de forma majoritariamente negativa enquanto Guedes ficou, majoritariamente, entre positivo e equilibrado.

Palavras-Chave: Enquadramento. Editorial. Jair Bolsonaro. Paulo Guedes.

Abstract: The article analyzes the framing of the editorials of Folha and Estadão in relation to Jair Bolsonaro and Paulo Guedes. For this purpose, the editorials of the first two years of government (2019 and 2020) were selected and, based on this first selection, the technique of the built week to adapt the corpus was applied. Among the editorials analyzed, three thematic axes were found: threat to democracy, economic crisis and patrimonialism. The frames applied to the characters were: positive, negative and balanced. We realized that in all the thematic axes Bolsonaro was framed in a mostly negative way while Guedes was, mostly, between positive and balanced.

Keywords: Framing. Editorial. Jair Bolsonaro. Paulo Guedes.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Docente no curso de Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Metropolitano de Maringá e doutorando em Comunicação pela Universidade de Brasília, E-mail: chicoverri@gmail.com

³ Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: profa.amorim@gmail.com

⁴ Mestra em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: alineschons31@gmail.com.

1. Introdução

Uma escolha muito difícil foi o nome dado pelo O Estado de S. Paulo (Estadão) ao editorial de outubro de 2018, após o primeiro turno das eleições presidenciais. O veículo comparava Jair Bolsonaro, Partido Social Liberal (PSL), e Fernando Haddad, Partido dos Trabalhadores (PT), classificando-os como extremistas que representavam um risco ao País. No entanto, a vitória de Bolsonaro, acompanhada da nomeação dos ministros de Economia e de Justiça e Segurança Pública, Paulo Guedes e Sérgio Moro, sossegou os veículos de comunicação tradicionais, pelo menos por um curto período. A relação entre o presidente e a imprensa foi conturbada a ponto de empresas, como a Folha de S. Paulo (Folha), sugerirem o impeachment. Contudo, um personagem foi poupado: Guedes.

O artigo desenvolve uma análise de enquadramento do ministro Paulo Guedes, e do presidente da República, Jair Bolsonaro, nos editoriais do Estadão e da Folha nos dois primeiros anos de mandato. O editorial foi escolhido por ser a voz da instituição jornalística. O editorial aprofunda e até mesmo adianta-se à notícia. Busca representar também a opinião pública, inclusive a que ainda está se formando (BELTRÃO, 1980). Para construção do *corpus*, aplicamos a técnica da semana construída, que será melhor explicada a seguir, a partir da qual foram selecionados os editoriais com menção tanto a Bolsonaro quanto a Guedes.

Enquadrar é “selecionar alguns aspectos da realidade percebida e ressaltá-los em um texto comunicativo, promovendo uma definição particular de um problema” (ENTMAN, 1993, p. 52). É a consequência da interação de interlocutores, valores e campos hegemônicos, manifestada a partir de disputas e alinhamentos – também jornalísticos – e imersa nos contextos em que o texto é produzido e circulado. Os quadros permitem identificar valores sociais incumbidos nas opiniões políticas, funcionando como chaves de interpretação da realidade. Neste caso, permite compreender como veículos tradicionais de comunicação enxergam os personagens analisados e como os relacionam ao cenário político, econômico e social brasileiro.

O artigo cumpre com três objetivos: 1) comparar o enquadramento de Bolsonaro e Guedes; 2) traçar uma linha do tempo com o posicionamento dos periódicos em relação aos personagens, verificando os marcos que balizam a flutuação do apoio ao

presidente; 3) constatar os elementos e temas de sustentação e ruptura do suporte aos dois representantes.

É possível observar como os veículos se comportam em relação a dois atores centrais na condução da política brasileira, reiterando ângulos diferentes a sujeitos que coexistem. Assim, iniciaremos com uma incursão aos contextos dos personagens, Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, juntamente com os cenários político, econômico e social do Brasil. Em seguida, serão trabalhados o jornalismo opinativo e editoriais, passando para a questão teórico-metodológica do enquadramento noticioso. Após o detalhamento metodológico, seguiremos para a análise em si.

2. Jair Bolsonaro: um contexto de polêmica

Eleito com aproximadamente 60 milhões dos votos, Jair Bolsonaro iniciou a segunda metade de seu mandato com aprovação de 31%, conforme pesquisa do Datafolha realizada em janeiro de 2021. A reprovação alcançou 40%⁵. O alto índice de rejeição é consequência de uma administração marcada pela polêmica, particularmente durante a pandemia de Covid-19. “Uma gripezinha”. “Não sou coveiro, tá certo?” “País de Maricas” são algumas das frases do presidente em meio à epidemia que, em março de 2021, registrava mais de 300 mil mortes no Brasil. Neste processo, o presidente ganhou destaque pela sua atuação anti-ciência. O mandatário, por algumas vezes, manifestou oposição à vacina contra a Covid-19, dificultando a aquisição do imunizante. Também foi garoto propaganda de remédios sem comprovação científica e desfilou sem máscara de proteção, ignorando as recomendações da Organização Mundial da Saúde.

As declarações polêmicas não são nenhuma novidade na carreira de Bolsonaro, tanto no meio militar quanto na política. A improvável eleição do capitão reformado, candidato com discurso de extermínio de minorias e por um partido de pouca expressão, Partido Social Liberal (PSL), é consequência de um contexto específico. No cenário internacional, o declínio de democracias liberais (ALMEIDA *et*

⁵ Aprovação a Bolsonaro cai de 37% para 31%, e reprovação vai a 40%. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2021/01/1989211-aprovacao-a-bolsonaro-cai-de-37-para-31-e-reprovacao-vai-a-40.shtml>. Acesso em: 12 abr. 2021.

al, 2020) permitiu o avanço de uma onda conservadora que fortaleceu partidos e líderes políticos de direita. Nos EUA, Donald Trump, pelo Partido Republicano, venceu a democrata Hilary Clinton, favorita, com um discurso anti-globalista. Na Inglaterra, o Brexit venceu o plebiscito que aprovou a saída da Comunidade Europeia, estimulado, entre outros assuntos, pela imigração de sírios e habitantes do Oriente Médio e África, enquanto na Hungria Viktor Orbán se consolidou como referência de um governo de extrema-direita. Na América Latina, governos de esquerda e centro-esquerda, no Chile, Uruguai e Argentina, perderam as eleições.

No Brasil, a crise político-institucional, aprofundada nos últimos anos, enfraqueceu partidos tradicionais (PUZONE; MIGUEL, 2019), especialmente, o Partido dos Trabalhadores (PT), no epicentro dos escândalos de corrupção no País. Em meio a protestos de setores da elite econômica e grupos organizados de direita, a presidenta Dilma Rousseff foi impichada, sendo substituída por Michel Temer (MDB) em 2016. Em 2018, a Operação Lava Jato, com apoio dos veículos de comunicação, que condenou políticos, doleiros e empreiteiros por esquemas de desvio de recursos públicos em acordos com o governo federal, prendeu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, líder nas pesquisas eleitorais, o que o impediu de se candidatar à presidência. Neste cenário, Bolsonaro, que ainda seria acometido por uma facada, se beneficiou de uma onda antipetista para alcançar o Palácio do Planalto.

A eleição de Bolsonaro inaugurou uma nova relação entre o governo federal e a imprensa. O relacionamento cordial que existia até a gestão de Temer foi substituído por ataques contra jornalistas e veículos de comunicação. O Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil, organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2020), contabilizou 175 ataques à imprensa em 2020. Em 2019, de acordo com a mesma organização, o número foi de 111. O comportamento de Bolsonaro é uma estratégia de deslegitimação do jornalismo que repete o período eleitoral, quando utilizou das Fake News como forma de desinformação (SOARES, 2020) e fidelização de militantes. Nas circunstâncias atuais, representa uma disputa simbólica entre o que os veículos de comunicação informam e o que o gabinete presidencial defende, como no caso do Kit Covid, patrocinado por Bolsonaro, mesmo sem comprovação científica.

Em dois anos de mandato, não foram poucas as polêmicas e crises políticas, institucionais e econômicas. Destacam-se os constantes ataques à democracia por Bolsonaro e seus apoiadores, as controvérsias com seus filhos (ora acusados de desvio de recursos públicos ora indicados à Embaixada nos EUA) e os efeitos sanitário, social e econômico da Pandemia de Covid-19 que completou mais de um ano no Brasil. Neste contexto, aos olhos dos veículos de comunicação, formam-se quadros sobre Bolsonaro e sua equipe, destacada nesta pesquisa, pela figura de Paulo Guedes, ministro da Fazenda e um dos pilares de sustentação do governo. O “Posto Ipiranga”, como brincava o presidente, seria o fiador das políticas neoliberais que previam privatizações e redução do Estado.

Fundador do Banco Pactual e do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Guedes é economista com posição pró-mercado financeiro. O ministro defendeu de forma aberta a Reforma da Previdência e o Teto de Gastos e é um dos entusiastas da Reforma Administrativa. Medidas estas, como a mudança na seguridade social (CAMPOS; ARAÚJO, 2020), com quadros favoráveis estabelecidos por veículos tradicionais de comunicação. Desta forma, o processo de enquadramento do governo federal dos jornais coloca frente a frente Guedes, avalista das políticas neoliberais na economia, e Bolsonaro, antagonista da imprensa, em um cenário de crise e pouca confiança na gestão presidencial.

3. Enquadramento: a opinião dos veículos de comunicação

Bobbio (2015, p. 43) define que o “segredo é a essência do poder”. A democracia, neste sentido, é constituída na transparência, no acesso à informação pelo público. O jornalismo, como o guardião da moral, dos direitos sociais e do funcionamento da sociedade, é um elemento importante para a ordem democrática, denunciando as malfeitorias e oferecendo informações sigilosas ou de pouco conhecimento da população. O governo, nesta perspectiva, é um alvo das coberturas jornalísticas, contradizendo, questionando e informando, o que no cenário brasileiro atual, representa conflito de versões e ataques aos profissionais da comunicação. Bennet e Livingston (2018) destacam que a imprensa é vista como contratempo a personagens – como o presidente Bolsonaro – que incentivam conteúdos falsos a seus apoiadores, disputando a hegemonia informacional.

A mídia, de acordo com Hermann (2016), é fundamental a qualquer democracia, visto sua condição de promover vozes e acontecimentos silenciados ou legitimar consensos e restringir a participação social, isto é, de funcionar como uma arena pública ou ator político. A primeira função é determinada por uma arena que estimula o debate de temas relevantes a partir de diferentes perspectivas, enquanto o outro papel é demarcado pela sua atuação direta na manutenção ou quebra de paradigmas. Nos dois cenários, operam como elemento de negociação da realidade social ao interagir com os valores pertinentes à sociedade, interferindo na formação de quadros sobre a política.

A Teoria do Enquadramento Noticioso decorre do trabalho do britânico Gregory Bateson, que na década de 1950 buscou compreender a esquizofrenia a partir de um olhar sobre as interações existentes na psicopatologia (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 188). Em *A theory of play and fantasy*, publicado em 1954, o britânico concluiu que as “interações ancoram-se em quadros de sentido que moldam as interpretações e ações dos atores envolvidos”. O artigo aborda a comunicação humana, focando na concepção de que o enunciado é mais importante do que o conteúdo. Para ele, a comunicação não se reduz à troca de mensagens, ocorrendo em diversos níveis comunicacionais: 1) Denotativo (conteúdo da mensagem); 2) Metalinguístico (mensagem ressignifica a linguagem); e 3) Metacomunicativo (relação entre os indivíduos). O enquadramento funciona como um modo de compreender as mensagens nem sempre explícitas em determinadas situações, como em uma produção midiática.

Na década 1970, Erving Goffman aplica o conceito para identificar “pequenas interações cotidianas que organizam a experiência dos sujeitos no mundo, os quais se deparam, em toda situação, com a questão: ‘O que está acontecendo aqui?’” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 189). Ainda segundo os autores, os *frames* são definidos como o “conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles”, funcionando como referência para que os indivíduos consigam compreender o contexto e a situação em que estão inseridos. Na visão do sociólogo, é possível isolar quadros, também jornalísticos, permitindo compreender como a realidade é enquadrada em

determinada situação. Dessa forma, o instrumento possibilita examinar como um veículo de comunicação percebe e qualifica determinados contextos históricos, temas ou avaliação de personagens.

Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, apud PORTO, 2004, p. 7).

O enquadramento midiático é consequência de um processo de seleção, destaque e exclusão que possibilita a construção de interpretações sobre determinado acontecimento e, conseqüentemente, da realidade social (PORTO, 2004). Veículos de comunicação, ao enquadrar determinado assunto ou evento, identificam os problemas, suas prováveis causas e as possíveis soluções, constituindo quadros interpretativos a partir de uma negociação com campos hegemônicos e dentro de critérios e processos jornalísticos. O ato de enquadrar, incorporado à parte visível de um editorial, expressa a interação de interlocutores, textos e valores de uma cultura política e midiática que se relacionam e disputam dentro de um contexto social, econômico e político. Ou seja, não permite ser decifrado como um ato isolado, mas dentro de uma composição histórica em que foi produzido e veiculado.

O enquadramento, enquanto chave de interpretação, opera como um instrumento metodológico que permite examinar como os veículos de comunicação opinam e avaliam a política, assim como, a condução do governo e atuação de seus representantes. Neste sentido, Bonone (2016, p. 82) pressupõe o uso de técnicas de coletas de dados, por intermédio de “leitura crítica do significado das mensagens, seu conteúdo expresso ou velado, ou seja, o que está dito e também o que está implícito ou mesmo disfarçado”. É uma estratégia que permite averiguar como os veículos produzem molduras em seus editoriais, espaço que dá voz à opinião do jornal, a partir da codificação do conteúdo midiático (PORTO, 2004).

3.1. Análise de enquadramento em editoriais

A intenção de analisar o posicionamento dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo nos conduziu ao exame dos editoriais dos periódicos, já que é

neles que geralmente encontramos posicionamentos claros acerca de temas relevantes e atuais, como os vinculados aos acontecimentos e às tomadas de decisão do mais alto grau de poder político e econômico do país, vislumbrados no material selecionado neste artigo. Entre os elementos que constituem os editoriais, segundo Beltrão (1980), destacamos as convicções filosóficas do grupo de elite que mantém o veículo e os interesses econômicos da empresa, não podendo, para que o jornal mantenha a credibilidade e a independência, que estes últimos fiquem acima do compromisso do jornalismo com a responsabilidade social.

Ambos os periódicos analisados não constituem apenas empresas, mas fazem parte de conglomerados midiáticos - Grupo Folha e Grupo Estado. O primeiro inclui entre as empresas mais conhecidas, além do próprio jornal, a agência de notícias **Folhapress**, o instituto de pesquisa **Datafolha**, o jornal **Agora** e uma gráfica própria. Por sua vez, o **Grupo Estado** engloba a agência de notícias **Estadão Conteúdo** e a **Rádio Eldorado FM**.

Como Beltrão (1980) destaca, a opinião do editor do jornal, que envolve a opinião dos grupos de interesse do periódico, não é expressa apenas nos editoriais, até mesmo porque o editorial e política editorial, que permeiam todo o jornal, são inseparáveis. É nesse espaço, no entanto, que o julgamento por parte do periódico, que representa parcela da opinião pública, é autorizado, desejável e também onde é mais visível e mais reverbera na sociedade. O Estadão, no verbete 'opiniões' de seu **Manual de Redação e Estilo**⁶, prescreve: "O jornal, como um todo, tem opiniões sobre os assuntos que publica e as expressa em editoriais. O noticiário, por isso, deve ser essencialmente informativo" (MARTINS FILHO, 1997, p. 204). Já o **Manual da Redação da Folha** explica que os editoriais expressam "[...] a opinião de um veículo de comunicação. Na Folha, as posições veiculadas diariamente refletem discussões internas sedimentadas ao longo das décadas" (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 92), pautadas em princípios como democracia, liberdade de expressão e livre iniciativa. Além disso, segundo o manual, "os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que

⁶ O manual disponível no site do periódico apresenta a mesma redação da versão de 1997. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/manualredacao/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem. O jornal estimula a publicação de artigos de opinião e colunas que divirjam de seus editoriais” (FOLHA DE S.PAULO, 2018, p. 93). Ou seja, os editoriais estão em relação com o restante do jornal, influenciando na escolha de pautas e na composição de espaços opinativos, ainda que seja para apresentar pontos de vista distintos, indo ao encontro da pluralidade, que é um dos princípios editoriais da Folha. Daí a relevância de se analisar o enquadramento de editoriais.

4. Metodologia

No intuito de realizar uma investigação relevante e, principalmente, que gere discussões pertinentes, optamos por buscar os enquadramentos que a mídia tradicional utilizou ao abordar os personagens Jair Bolsonaro e Paulo Guedes em relação ao cenário social, econômico e político no Brasil.

Para comparar o enquadramento aplicado aos personagens pelos editoriais dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo, utilizaremos dois tipos de categorização, pensadas e adaptadas a partir do proposto por Boydstun et al (2013): por dimensões temáticas (ameaça à democracia, crise econômica e patrimonialismo) e pelo tom dado aos temas em sua relação com os personagens observados (positivo, negativo ou equilibrado). Ressaltamos que consideraremos equilibrados, na avaliação de cada um dos personagens, os editoriais que apresentem nuances positivas e negativas em equilíbrio ou que não apresentem um posicionamento claro (BOYDSTUN, 2013).

Estas categorias serão aplicadas aos editoriais publicados durante os dois primeiros anos de mandato de Bolsonaro (2019 e 2020). Para tanto, foi aplicada a técnica da semana construída no intuito de reduzir o material a ser analisado e, ainda assim, ter um *corpus* de pesquisa representativo. De acordo com Sousa (2004, p. 52), esta técnica "consiste na constituição de uma amostra de unidades de análise baseada nas características de todo universo de análise" e aplica-se em pesquisas que pretendem analisar longos períodos. O pesquisador constrói uma semana selecionando para análise o primeiro dia da primeira semana do ano, o segundo dia da segunda semana e assim por diante.

A partir da aplicação da semana construída ficamos com 91 dias para serem analisados, que geraram (considerando todos os editoriais do período que citaram Bolsonaro e/ou Guedes) o total de 215 editoriais, sendo 45 da Folha e 58 do Estadão no ano de 2019 e 47 da Folha e 65 do Estadão em 2020. Como objetivamos realizar a comparação entre os enquadramentos dados aos personagens (a partir das dimensões temáticas), o caminho lógico foi selecionar apenas os editoriais que citavam tanto Bolsonaro quanto Guedes. Dessa maneira, obtivemos o total de 10 editoriais do jornal Folha de S. Paulo e 18 do Estadão. Deste total, dois editoriais (**Máscaras Já**, da Folha, e **Brasil-Argentina, bom começo**, do Estadão) não se encaixaram nos principais eixos temáticos encontrados no *corpus*. As análises que seguem estão divididas por eixos temáticos e apontam os quadros encontrados para os personagens.

5. Enquadramentos dos editoriais de Jair e Guedes

5.1. Ameaça à democracia

A redemocratização do Brasil completou 36 anos em 2021. Os jornais centenários O Estado de S. Paulo, fundado em 1875 como A província de São Paulo, e Folha de S. Paulo, lançado em 1921 como Folha da Noite, acompanharam, portanto, diversos períodos da República brasileira, incluindo tempos autoritários como o da ditadura militar que vigorou de 1964 a 1985, nem sempre com posicionamentos coincidentes. Por estar em uma fase de transição para a gestão que alçou a Folha ao mesmo patamar de jornal de qualidade que já tinha o Estadão, a Folha teve papel secundário no golpe de 1964, mas ambos os periódicos o apoiaram e influenciaram a opinião pública a favor do regime, sendo submetidos e submetendo-se à censura inicialmente. Com a aplicação da censura prévia, o Estadão passou a publicar receitas e poemas no lugar dos conteúdos censurados e não deixava de criticar o governo; a Folha, por outro lado, só começou a se afastar do governo ditatorial em 1974, em boa parte por interesses comerciais. Em torno de 1977, ataques mais violentos para calar a imprensa alternativa começaram a ser empreendidos, atingindo também a grande imprensa, que mais tarde aderiria ao movimento das Diretas Já, com destaque para a Folha, que o apoiou desde o princípio (PILAGALLO, 2012). Mais recentemente, em

2014, Folha⁷ e Estadão⁸ publicaram editoriais alusivos aos 50 anos do golpe de 1964, o primeiro assumindo claramente que deveria ter defendido a democracia e o segundo beirando a neutralidade, explicitada pela forma como o golpe é chamado no parágrafo de apoio ao título: movimento civil-militar de 31 de março de 1964. Em resumo, esse é o contexto recente em que estão inseridos os periódicos analisados.

Entre os 28 editoriais selecionados nesta pesquisa, oito foram enquadrados na moldura de referências da ameaça à democracia, um da Folha e sete do Estadão. No caso da Folha, o editorial **Mais perto do Chile**⁹, publicado em 22 de março de 2019, trata da aproximação política e econômica do governo Bolsonaro com países liberais como o Chile, em oposição aos governos de esquerda, como a Argentina de Mauricio Macri, e aos considerados ditaduras, como a Venezuela de Nicolás Maduro. Embora o editorial apresente o Chile como um exemplo econômico a ser seguido, não atribui o bom desempenho econômico à ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), como fazem “boa parte do círculo bolsonarista”, segundo o jornal, o que seria “uma visão no mínimo imprecisa”. A Folha credita o sucesso econômico do Chile à “estabilidade institucional cultivada após a redemocratização, que mantém pilares como responsabilidade fiscal e monetária seja qual for o governante de turno, à esquerda ou à direita”. A saudação ao liberalismo representado pelo Chile é evidente no editorial, mas também é evidente, ainda que de forma bem mais sutil, a oposição a um governo ditatorial, apesar disso, os personagens Bolsonaro e Guedes são enquadrados de forma equilibrada.

O primeiro editorial do Estadão que remete ao tema ameaça à democracia foi publicado no dia 28 de julho de 2019 e recebeu o título de **Questão de Estado**¹⁰. Ele foge um pouco da lógica observada nos demais, já que trata dos ataques cibernéticos ao sigilo das comunicações de autoridades (inclusive às comunicações de Bolsonaro)

⁷ Editorial: 1964. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1433004-editorial-1964.shtml>. Acesso em: 4 abr. 2021.

⁸ Meio século depois. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,meio-seculo-depois-imp-,1147202>. Acesso em: 4 abr. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/03/mais-perto-do-chile.shtml>. Acesso em: 4 abr. 2021.

¹⁰ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,questao-de-estado,70002942693>. Acesso em: 6 abr. 2021.

como uma ameaça à democracia, e não do governo Bolsonaro como um risco à democracia. Por outro lado, o editorial enfatiza que “a reação dos que teriam sido vítimas desses ataques é de tranquilidade”, o que preocupa o jornal, já que “a segurança da comunicação de autoridade é uma questão de Estado” - a mensagem é de descaso por parte do governo. Guedes é apenas mencionado como uma das autoridades que tiveram o sigilo violado, e até mesmo Bolsonaro é secundário, já que é mencionado apenas por ter sido atacado e pelo seu gosto pelo uso do aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp.

Publicado no dia 8 de outubro de 2019, o editorial **Populismo Virtual**¹¹ trata do espaço dado à escuta das mídias sociais no governo de Bolsonaro e de como elas interferem em sua gestão. A atitude é apresentada pelo editorial como pouco democrática, já que “algumas dezenas de admiradores não representam o conjunto dos brasileiros”. O Estadão chama essa relação de “populismo virtual” e o considera uma ameaça à democracia. Além disso, segundo o editorial:

Essa limitação é ainda mais evidente nas ruas virtuais, isto é, nas redes sociais. Ali, as rachaduras da sociedade se tornam explícitas, sem qualquer hipótese de conciliação de pontos de vista divergentes. Hooligans políticos nutrem entre si profundo ódio, como se a existência de um dos grupos dependesse da aniquilação dos outros. A democracia é simplesmente irrealizável num ambiente com tal animosidade.

A solução apresentada pelo editorial é “valorizar os mecanismos de representação política” e “tomar decisões de Estado com base exclusivamente na realidade, e não na algaravia irresponsável dos manifestantes de Twitter”. Desde a campanha presidencial, como já mencionado anteriormente neste artigo, Bolsonaro se valeu das mídias sociais para driblar os filtros das mídias tradicionais e para se distanciar da “velha política”, embora fizesse parte dela. Bolsonaro assumiu o papel de porta-voz das frustrações dos usuários que o acompanham nas redes sociais (supostamente representando o povo) e adotou um discurso de ruptura com o status quo e com as principais instituições do país. Tais atitudes o aproximam dos governos

¹¹ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes/populismo-virtual,70003041273>. Acesso em: 4 abr. 2021.

populistas em ascensão em diversas partes do mundo, as quais, junto à exclusão e tentativa de silenciar a imprensa, facilitariam a passagem do populismo à ditadura (MOUNK, 2018). É nesse sentido que este editorial e outros que apresentaremos a seguir são enquadrados em ameaça à democracia. Neste, enquanto Bolsonaro está no centro da narrativa, enquadrado negativamente, Guedes é tratado com mais equilíbrio, havendo por parte do editorial apenas uma preocupação sobre o direcionamento que será dado à economia diante dos fatos apresentados.

O editorial **O ‘clamor da sociedade’**¹², publicado em 27 de dezembro de 2019, mantém a referência ao populismo em diversas passagens do texto e expressa a relação entre essa forma de governo e o rompimento com as vozes dissonantes do Congresso Nacional, opondo-se a essa possibilidade. O populismo é encabeçado por Bolsonaro e por outras figuras do governo, enquadrado com tom negativo, já Guedes é apresentado positivamente como um ministro que mudou e “mostra-se mais aberto ao diálogo”. O rompimento com os poderes legislativo e judiciário (e com a imprensa) também é abordado no editorial **Assombrações**¹³, publicado no dia 11 de maio de 2020. O bolsonarismo, liderado por Bolsonaro, é chamado de autoritário e acusado de considerar os opositores e todos aqueles que o contestem “como inimigos que almejam destruir o País” - e os governos de esquerda, especialmente o petista Lula (desmoralizado pelo editorial), seriam a materialização do inimigo. Guedes aparece de forma secundária, mas endossando o discurso bolsonarista: “o ministro da economia, Paulo Guedes, afirmou que ‘a economia está começando a colapsar e não queremos o risco de virar uma Venezuela’ ou ‘de virar sequer a Argentina’”.

Já o editorial **Cavalo de pau**¹⁴, publicado em 10 de outubro de 2020, trata de uma suposta mudança de comportamento de Bolsonaro, mas com a intenção de se beneficiar/proteger. A recriação de ministérios seria parte da estratégia para agradar o ‘Centrão’. Diz o Estadão:

¹² Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,o-clamor-da-sociedade,70003137203>. Acesso em: 6 abr. 2021.

¹³ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,assombracoes,70003298532>. Acesso em: 6 abr. 2021.

¹⁴ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,cavalo-de-pau,70003470381>. Acesso em: 6 abr. 2021.

Depois de sentir na pele a ameaça, real ou não, de se ver prematuramente destituído da Presidência e de ter a Justiça nos seus calcanhares e no de seus filhos, deu um cavalo de pau no seu governo e no seu comportamento. Trocou as bravatas diárias contra os demais Poderes e contra a democracia pelo silêncio.

O jornal também lembra que, durante as campanhas presidenciais, Bolsonaro “prometia enterrar a velha política”, mas que o “O ‘novo’ Bolsonaro de ‘novo’, portanto, não tem nada”. Guedes é apresentado mais como uma vítima do presidente Bolsonaro do que como parte do governo.

O último editorial com enquadramento em ameaça à democracia foi o de título **A utopia Bolsonarista**¹⁵, publicado no dia 3 de novembro de 2020. Nele, Guedes é tratado de forma secundária e mais próxima do equilíbrio, e ressurgem, em referência a um terceiro personagem, as comparações com o Chile, que vislumbramos no único editorial da Folha enquadrado nesta categoria temática. O editorial destaca a importância da Constituição para a manutenção da democracia e questiona e retoma ideias já destacadas nos textos anteriores:

Na utopia bolsonarista, contudo, não há lugar para o povo. Ou melhor, há, mas na condição de subalterno aos devaneios de poder do sr. Bolsonaro – e quem recusa esse papel é tratado como inimigo. Assim, o debate público, cerne da democracia, é reduzido a uma briga de rua.

Bolsonaro é acusado de atacar adversários e de criar um ambiente “propício ao florescimento do extremismo”. Completa o editorial: “é aí que Bolsonaro joga em casa. [...] o presidente sabe que sua sobrevivência política depende da desmoralização da democracia”.

5.2. Patrimonialismo

Entre os três principais eixos temáticos encontrados nos editoriais dos jornais analisados, encontra-se a questão do patrimonialismo. Este é um conceito desenvolvido, a princípio, por Max Weber e que faz referência a não separação entre público e privado ou, para melhor entendimento, a uma ausência de cisão entre

¹⁵ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-utopia-bolsonarista,70003498081>. Acesso em: 6 abr. 2021.

patrimônio público e privado, como se tudo dependesse do detentor do poder. Dessa forma, o conceito objetiva a compreensão de um tipo específico de dominação que ocorre quando um líder político usa seu poder para satisfazer suas conveniências e/ou questões ligadas aos seus familiares. O nepotismo¹⁶, por exemplo, é consequência do patrimonialismo e o Estado passa a ser uma continuidade da alçada privada do líder político.

O Estado patrimonialista foi instaurado no Brasil já na colonização, tempo em que alguns poucos dominantes colonizadores reproduziam características do Império português por aqui, com todo aparato burocrático e corrupto que iniciou certo “espírito de clã” aos partidos políticos (VIANA, 1999).

Hinnerk Bruhns (2012, p. 63), afirma que “No *patrimonialismo*, todas as relações (políticas e administrativas) entre governantes e governados são de cunho privado”, em outros termos, não existe distinção entre os domínios público e privado. Aristeu Portela Júnior (2012, p. 12) aponta que “o patrimonialismo consiste em uma forma específica da dominação tradicional¹⁷”. Já Ricupero (2016), no prefácio à obra **Os dilemas do patrimonialismo brasileiro** (BRITO, 2016), afirma que o patrimonialismo tem funcionado para tratar a confusão entre público e privado e, em nosso país, na tentativa de se explicar a corrupção.

Em se tratando dos editoriais analisados, percebemos referências diretas à questão da problemática do patrimonialismo em relação à atuação de Jair Bolsonaro em quatro publicações da Folha e quatro do Estadão. Os editoriais não utilizam o termo “patrimonialismo”, mas fazem referência clara ao conceito ao tratarem de situações nas quais o presidente confunde as questões de Estado com questões pessoais.

¹⁶ O nepotismo ocorre quando um agente público nomeia, contrata ou até favorece um familiar na máquina pública. A Constituição Federal de 1988 esclarece no artigo 37 que a administração pública deve usar da “*legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*” (BRASIL, 1990). O termo impessoalidade aponta para a ação sempre em benefício do interesse público. O nepotismo é proibido oficialmente no país desde que, em 2008, o Supremo Tribunal Federal aprovou a 13ª Súmula Vinculante da Corte que considera qualquer prática de nepotismo uma violação da Constituição Federal.

¹⁷ Para Weber (1981) a dominação tradicional é aquela na qual a autoridade é suportada por uma fidelidade tradicional. O governante é o patriarca e o patriarcalismo é o tipo mais puro dessa dominação, na qual a obediência é resultado do respeito.

Tem-se, no Brasil, uma indistinação evidente entre as esferas pública e privada, a predominância do Poder Executivo sobre os poderes Legislativo e Judiciário e a ausência de tradições de bases contratuais nas relações de poder (GANDINI, 2008). Raquel Gandini (2008, p. 204), acrescenta as consequências destas características:

a debilidade de instituições representativas e o predomínio de governantes e governos personalistas, demagógicos e caudilhistas, mesmo em tempos republicanos. Também tem sido constante o exercício do poder por parte de uma camada burocrática e elite política, de forma centralizada. Suas condutas têm sido marcadas por procedimentos que evidenciam a predominância de racionalidade substantiva – ou de princípios utilitário-sociais e não ético-sociais –, que privilegiam as razões de Estado, que menosprezam as leis e a igualdade perante elas, prevalecendo a máxima segundo a qual os fins justificam os meios. Essas condutas ocorrem em detrimento da racionalidade formal ou objetiva, a qual, por intermédio de um ordenamento legal, limita o poder dos administradores e regulamenta as relações entre os cidadãos.

A veracidade e atualidade das palavras da autora podem ser encontradas nos editoriais analisados. Começando pela Folha, o editorial **Caça às bruxas**¹⁸, de junho de 2019, trata da saída de Joaquim Levy da chefia do BNDES, como um ato pouco diplomático de Bolsonaro para tirar uma figura que teve passagem pelo governo petista, o que foi endossado por Guedes. O editorial trata a ação de Bolsonaro como fútil, já que foi tomada por "rancores ideológicos", ou seja, pessoais. Já o editorial **Remendo Econômico**¹⁹, publicado em 20 de junho do mesmo ano, trata dos problemas econômicos enfrentados pelo país, da inabilidade do presidente para enfrentá-los e de medidas pouco liberais, mas aceitáveis dentro do contexto, como o saque do FGTS para incentivar o consumo. A falta de atitudes palpáveis por parte de Bolsonaro é contraposta pelo seguinte trecho: “Em vez disso, o mandatário preferiu defender a indizível ideia de fazer um filho embaixador nos EUA e rechaçar a possibilidade de financiamento público para filmes como ‘Bruna Surfistinha’”, onde conseguimos perceber a confusão entre público e privado (incluindo nepotismo) e a interferência de valores pessoais em políticas públicas. Guedes é associado

¹⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/06/caca-as-bruxas.shtml>. Acesso em: 8 abr. 2021.

¹⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/07/remendo-economico.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2021.

positivamente à reforma da previdência, mas a medida é dita como insuficiente (posicionamentos atribuídos aos devotos de Paulo Guedes).

Em **Moro Resiste**²⁰ (6 de setembro de 2019), o jornal trata da perda de poder de Sérgio Moro dentro do governo Bolsonaro, mas diz que o ministro ainda é o mais popular. Guedes é apenas mencionado como o segundo mais bem avaliado do governo, bem atrás de Moro. Por outro lado, o editorial aponta "motivações duvidosas" de Bolsonaro para diminuir o protagonismo de promotores e de órgãos de investigação e controle. O último editorial da Folha que trata do patrimonialismo foi publicado em dezembro de 2020, **Aberto às armas**²¹, que trata dos benefícios tributários concedidos unicamente ao setor armamentista. Guedes e Bolsonaro são criticados por não haver medidas semelhantes em outros setores, mas a confusão entre público e privado fica evidente no trato ao presidente: "São conhecidas as relações entre o clã presidencial e empresas internacionais do setor. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) disse, em junho deste ano, que é a favor da entrada de "qualquer empresa [de armas] no Brasil". E também em: "A estratégia bolsonarista, no entanto, guia-se por não mais que ideologia e propaganda política, associadas, na pior hipótese, a interesses econômicos localizados".

Já no Estadão, o primeiro editorial que trabalha a questão do patrimonialismo leva o título **Novo acerto em novo recuo**²², publicado em 6 de setembro de 2019, e faz uma crítica ao presidente que recuou mais uma vez ao defender a manutenção do teto de gastos ao invés de afrouxar a regra orçamentária. Com enquadramento de Bolsonaro negativo, o editorial afirma que o recuo foi a decisão certa, porém aponta que "em quase nove meses de mandato o presidente Jair Bolsonaro nunca deu sinal de alguma competência administrativa" e remete à questão do patrimonialismo ao apontar que Bolsonaro confunde governar com dar ordens "como um chefe voluntarioso", além de misturar vida pessoal e vida político administrativa. Ao citar

²⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/09/moro-resiste.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2021

²¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/12/aberto-as-armas.shtml>. Acesso em: 9 abr. 2021.

²² Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,novo-acerto-em-novo-recuo,70002998763>. Acesso em: 9 abr. 2021.

Guedes, encontra-se enquadramento positivo, no qual o ministro é colocado como referência nas questões da economia.

Em **Nova ameaça do amigo Trump**²³ (3 de dezembro de 2019), o Estadão expõe com ironia que Trump é guia espiritual e modelo ideológico do presidente e relata sobre as ameaças do presidente estadunidense ao Brasil e a reação de Bolsonaro. Novamente, Bolsonaro é colocado como alguém que confunde o pessoal com o político ao tratar Trump como amigo pessoal, além de ser chamado de “despreparado em questões de Estado”. Guedes, por outro lado, é apontado como referência na economia, como na análise anterior. Já o editorial **Tudo pela reeleição**²⁴, publicado em 9 de setembro de 2020, apresenta Bolsonaro como incapacitado para governar e um calculista político. O editorial aborda a forma “caótica” de Bolsonaro administrar o País em situações polêmicas e excepcionais, como os reflexos da pandemia e a necessidade de políticas econômicas e de distribuição de renda num momento de crise econômica. Nos termos do editorial, Bolsonaro:

só pensa em reeleição e jamais desceu do palanque, tudo faz para se livrar do fardo político que lhe foi designado nas eleições de 2018. Sempre que vê seu projeto pessoal ameaçado, não titubeia: atribui a terceiros as consequências muitas vezes nefastas de seu modo caótico de governar o País. (ESTADÃO, 2020)

Guedes é visto como o "bode expiatório" da vez, de quem Bolsonaro tenta se dissociar frente às propostas econômicas impopulares do ministro. Em outubro de 2020, o editorial **Cavalo de Pau**²⁵ se concentra na troca de cargos políticos com partidos do Centrão que cobravam o aumento de ministérios. Nesse contexto, expõe que Bolsonaro teria mudado sua postura antidemocrática para sobreviver politicamente. Bolsonaro é enquadrado de forma negativa. Guedes, de certa forma, também. Não há uma crítica direta a Guedes, contudo afirmam que ele está sendo

²³ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,nova-ameaca-do-amigo-trump,70003111144>. Acesso em: 9 abr. 2021.

²⁴ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,tudo-pela-reeleicao,70003439249> Acesso em: 9 abr. 2021.

²⁵ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,cavalo-de-pau,70003470381>. Acesso em: 9 abr. 2020.

transformado em apenas um consultor do presidente. Também cita o problema dos filhos com a Justiça, expressando, de forma indireta, que a aproximação com o Centrão seria uma forma de proteção familiar.

5.3 Crise econômica

O Brasil terminou 2020 com uma queda de 4,1% no Produto Interno Bruto (PIB) e com 13,9% de desempregados. O dólar fechou o ano avaliado em R\$ 5,19 e a gasolina perto dos R\$ 5. Os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Informação (IBGE) representam uma pequena parte da crise econômica brasileira em meio à pandemia de Covid-19. Os números estão aquém da expectativa dos veículos de comunicação que viam em Paulo Guedes a esperança do crescimento econômico, como pode ser observado nos editoriais analisados. Este eixo temático contempla 15 dos textos analisados (aproximadamente 10% do total que citaram Bolsonaro e/ou Guedes), sendo cinco da Folha e dez do Estadão.

Os editoriais repetem o mantra: é preciso privatizar, equilíbrio fiscal e reformas. Isto é, defendem uma política econômica liberal de redução do Estado. Neste contexto, Jair Bolsonaro é definido como um personagem que prejudica a economia ao travar reformas e provocar instabilidade no mercado financeiro. Paulo Guedes, ao contrário, em boa parte dos textos jornalísticos analisados, é a base de sustentação, considerado a esperança da retomada do crescimento brasileiro, como em **A reforma e os municípios**²⁶, publicado em 14 de abril de 2019. O Estadão advoga a favor da reforma da previdência nos municípios brasileiros. A Proposta de Emenda à Constituição 06/2019, que seria aprovada apenas em novembro do mesmo ano, durante nove meses, ocupou espaço nos programas de jornalismo e no Congresso Nacional. A opinião do Estadão é crítica ao presidente que não “demonstrou especial entusiasmo” pela Reforma da Previdência em discurso realizado durante a 12ª Marcha dos Prefeitos. O ministro da Economia é enquadrado como um ator que teria “defendido consistentemente a proposta.”

²⁶ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-reforma-e-os-municipios,70002791316>. Acesso em: 13 abr. 2021.

No dia 20 de julho de 2019, o Estadão avaliou como fracasso o adiamento do plano de estímulo à economia que seria lançado durante a comemoração dos primeiros 200 dias de mandato de Jair Bolsonaro. Intitulado **Faltou governo, sobrou fiasco**²⁷, o editorial culpabiliza o presidente e a equipe econômica, encabeçada por Guedes, pela “improvisação e despreparo” do governo perante a iminente recessão que o País estava perto de alcançar. No mesmo dia, **Remendo Econômico**²⁸ representa a opinião da Folha sobre o mesmo tema. Para o veículo, as medidas pouco liberais de estímulo à economia são aceitáveis para incentivar o consumo em meio a problemas econômicos e com um presidente inábil. A falta de atitudes palpáveis por parte de Bolsonaro é reforçada pelo seguinte trecho: “Em vez disso, o mandatário preferiu defender a indizível ideia de fazer um filho embaixador nos EUA e rechaçar a possibilidade de financiamento público para filmes como ‘Bruna Surfistinha’”. Guedes é associado à Reforma da Previdência, uma medida positiva, porém insuficiente para resolver os problemas econômicos do País.

Em 21 de fevereiro de 2020, o Estadão veiculou **Muitos motivos para desconfiar**²⁹, colocando em dúvidas o compromisso de Jair Bolsonaro com o equilíbrio fiscal e as reformas, produzindo um ruído com o mercado financeiro. O ministro da Fazenda é isento da condução errática do País e do agravamento da crise econômica. Em 24 de março de 2020, foi a vez da Folha manifestar sua desaprovação à condução do governo perante a crise econômica e sanitária derivada da pandemia de Covid-19. Em **Descompasso**³⁰, Bolsonaro é reprovado pela sua falta de estratégia para combater o momento crítico, enquanto Guedes é retratado apenas na foto que acompanha o editorial. Na mesma linha, em **O risco Bolsonaro e o mercado**³¹, publicado no dia 19 de maio de 2020 pelo Estadão, o presidente é responsabilizado

²⁷ Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,faltou-governo-sobrou-fiasco,70002929231>. Acesso em: 13 abr. 2021.

²⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2019/07/remendo-economico.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2021.

²⁹ Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,muitos-motivos-para-desconfiar,70003205169>. Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/03/descompasso.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2021.

³¹ Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,o-risco-bolsonaro-e-o-mercado,70003307085>. Acesso em: 13 abr. 2021.

pela má condução da pandemia, em especial no que condiz com a economia. O ministro é classificado como um ator que dá esperança, confirmado no trecho: “o maior risco para o País é a saída do governo do ministro da Economia, Paulo Guedes.”

Passo tributário³² é destoante. O editorial da Folha, no dia 22 de julho de 2020, faz elogios à proposta de unificar o PIS (Programas de Integração Social) e Confins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). Com o foco em Paulo Guedes, o texto diz “Importa que se caminhe, mesmo em passos pequenos, na direção correta”. Bolsonaro, citado em segundo plano, também é enquadrado positivamente. Os quadros referem-se à superação da crise econômica. Nos meses seguintes, o Estadão publicou **Reeleição versus juro baixos e Tudo pela reeleição**³³, nos dias 7 de agosto e 16 de setembro, respectivamente. Os dois textos colocam em disputa a política econômica de Paulo Guedes e os anseios eleitorais de Bolsonaro. O comportamento irresponsável do presidente causaria insegurança, que aprofunda a crise econômica. Ele seria incapacitado para governar e um “calculista político” que administra o País com polêmicas. O ministro, pelo contrário, é visto como alguém que segura as pontas e que pode garantir recursos também para obras.

Barafunda³⁴, no dia 2 de outubro de 2020, aborda o desencontro que envolveu a tentativa de criação do Renda Cidadã. O editorial do Estadão coloca em disputa o programa apresentado por Bolsonaro e a avaliação de Guedes, discordantes sobre a forma de efetivação do programa. O enquadramento é negativo para ambos os personagens. O presidente é culpabilizado pela gestão ineficaz em meio à “profunda crise econômica.” **Organizar a pauta**³⁵, publicado pela Folha em 10 de dezembro, sustenta avaliação crítica à condução da política econômica. Bolsonaro é retratado de forma secundária. O texto que aborda o Orçamento de 2021 indica que Bolsonaro postergou a discussão para não desagradar a base aliada durante as eleições

³² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/07/passo-tributario.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2021.

³³ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/atas-e-informacoes,reeleicao-versus-juros-baixos,70003390584>. Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁴ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/atas-e-informacoes,barafunda,70003460125>. Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/10/organizar-a-pauta.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2021.

municipais. Guedes é apontado como um ministro que deu uma trégua nos embates com Maia em prol da organização da pauta econômica, mas que ainda não apresentou soluções para resolver os impasses orçamentários. Ele é responsabilizado pelos problemas do Orçamento que seria aprovado apenas nos primeiros meses de 2021.

Risco crescente³⁶ aborda a inflação em alta. Publicado no dia 26 de outubro de 2020, o editorial da Folha enquadra Guedes de forma equilibrada. Ele é retratado na foto e legenda. O peso das decisões é atribuído a Bolsonaro, que é criticado: “Cabe ao presidente Jair Bolsonaro fazer a escolha. Se insistir nos sinais populistas que emitiu até agora —que levaram a maior parte das empresas a perder a confiança na política econômica— poderá levar o país ao desastre”. **A utopia bolsonarista**³⁷, veiculada no dia 3 de novembro pelo Estadão, mantém críticas ao comportamento eleitoreiro e de ataques a adversários. Os problemas econômicos decorrem, na opinião do jornal, de “devaneios de poder do sr. Bolsonaro”. Guedes, enquadrado de forma equilibrada, é encarregado de justificar o lento progresso da política neoliberal de privatizações.

Em 27 de novembro de 2021, o Estadão publicou **Como conquistar credibilidade**³⁸, no qual o veículo realça as inseguranças sobre a política econômica brasileira. A equipe econômica, encabeçada por Guedes, é colocada em xeque, como no fragmento: “A cobrança de um plano crível para o enfrentamento da degradação fiscal do País vem no momento em que o governo parece perdido aos olhos dos investidores”. O ministro e o presidente são cobrados pelas suas promessas de estabilidade fiscal e de providenciar condições de crescimentos sustentáveis. Até o momento, o governo não teria apresentado medidas efetivas. **Travessia no Nevoeiro**³⁹ apresenta um balanço da crise econômica brasileira. O editorial de 13 de

³⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/10/risco-crescente.shtml>. Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁷ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-utopia-bolsonarista,70003498081>. Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁸ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,como-conquistar-credibilidade,70003530134>. Acesso em: 13 abr. 2021.

³⁹ Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,travessia-no-nevoeiro,70003558991>. Acesso em: 13 abr. 2021.

dezembro de 2021, circulado no Estadão, relata uma insegurança dos técnicos e do mercado financeiro quanto ao crescimento econômico brasileiro. O pivô seria Jair Bolsonaro, que “nunca fez o suficiente para convencê-los de seu compromisso com a boa gestão das finanças. Nem mesmo está claro, até hoje, se ele tem uma clara percepção do assunto”. Guedes é descrito como o ministro que tenta convencer o presidente a seguir os planos estratégicos do Ministério, contudo não obtém sucesso na tarefa.

Considerações finais

A posse de Jair Bolsonaro e seus primeiros dois anos de administração não foram avaliados positivamente pela Folha e pelo Estadão. A análise do recorte proposto apontou que não houve mudança na forma em que os veículos enquadraram o presidente no período abordado: o enquadramento foi predominante negativo. O chefe do executivo é retratado como uma pessoa incompetente, antidemocrática, que favorece sua família e que não detém condições para lidar com a crise sanitária e econômica nacional. Paulo Guedes, ministro da Fazenda, é simbolizado como a esperança dos brasileiros, aquele que tem propriedade para implantar uma política neoliberal que poderia tirar o Brasil da crise. Ele não fica imune às críticas dos jornais, contudo, mesmo quando é criticado, ele ainda mantém a confiança dos editorialistas dos dois jornais.

A crise econômica é reflexo deste comportamento. O ministro é enquadrado como o responsável por ser o avalista de uma política econômica de privatização, reformas fiscais e redução do Estado. Guedes seria competente para liderar a equipe econômica, porém estaria sendo sabotado pelas polêmicas e postura de Jair Bolsonaro. O presidente seria o responsável pelos problemas econômicos, visto a condução equivocada da política nacional e da pandemia de Covid-19.

Bolsonaro e o bolsonarismo também são enquadrados como uma ameaça à democracia, especialmente no Estadão, onde foram publicados a maior parte dos textos. Guedes, como representante da pasta da economia, não é parte dessa ameaça. A redemocratização recente mantém forte a memória das atrocidades cometidas durante o governo ditatorial e, conseqüentemente, forte a oposição a qualquer ameaça à democracia. A responsabilidade social do jornalismo com a

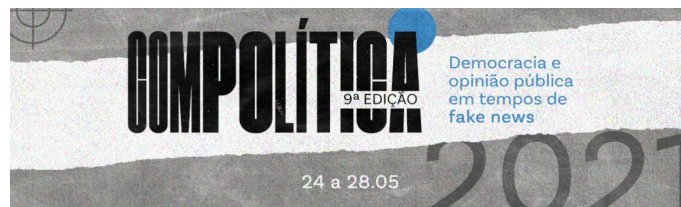
sociedade ou simplesmente o medo de serem chamados, mais uma vez, de cúmplices do autoritarismo e de repetir os mesmos erros do passado, também são indicativos dos quadros de referências identificados nos editoriais dos jornais.

Por fim, a questão do patrimonialismo nos remete à promessa de mudança feita por Bolsonaro durante a campanha eleitoral. Mendonça (2018, p. 18) buscou os diferentes significados do termo democracia para participantes das manifestações populares de 2013 e percebeu a mesma promessa que, para o autor, criou "mitos personificadores de uma salvação que há de vir carregada pelos braços do povo na rua". Na mesma publicação, o autor se referiu a um "agonismo da política brasileira" que resulta em uma democracia "frágil e descartável". Após a eleição de Jair Bolsonaro e a partir da análise realizada, percebemos que as palavras do autor continuam atuais.

Guedes não é o alvo das publicações que têm o foco no patrimonialismo, sendo enquadrado de forma neutra ou positiva. Já Bolsonaro é retratado como causador primeiro da mistura entre público e privado que acontece em nosso país desde a colonização e, mais uma vez, é atualizada e travestida das velhas promessas políticas de mudança na política brasileira.

Referências

- ALMEIDA, H. *et al.* TWITTOCRACIA E O POPULISMO DE DIREITA: uma análise comparativa entre o caso norte-americano e o brasileiro. *In*: ABCP, 12., 2020, Evento Online. **Anais [...]**. São Paulo: Abcp, 2020. p. 1-22.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BENNETT, W. L.; LIVINGSTON, S. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of Communication**, v. 33, n. 2, p. 122–139, 2018
- BOBBIO, N. **Democracia e Segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BONONE, L. M. Construção de método para pesquisas de Frame Analysis. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 13, p. 78-87, 2016.
- BOYDSTUN, A. E. *et al.* Identifying Media Frames and Frame Dynamics Within and Across Policy Issues. **Political Science**, 2013. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Identifying-Media-Frames-and-Frame-Dynamics-Within-Boydstun-Gross/e06095c181afe22f1dba486e21928b48d0f74764#citing-papers>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- BRITO, L. O. B. **Os dilemas do patrimonialismo brasileiro**: as interpretações de Raymundo Faoro



e Simon Schwartzman. São Paulo: Alameda, 2016.

BRUHNS, H. O conceito de patrimonialismo e suas interpretações contemporâneas. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, n. 4, 2012/1. p. 61-77.

CAMPOS, F.; ARAÚJO, B. Enquadramentos da Reforma da Previdência. **Compolítica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 109-136, 2020.

ENTMAN, R. M. Framing: toward a clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FENAJ. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Relatório 2020. Brasília: **FENAJ**, 2020.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação**: Folha de S.Paulo, 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

HERMANN, J. D. Media, State and Society in Bahia, Brazil. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 12, n. 2, p.98-119, ago. 2016.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**, 3. ed. rev. e amp. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MENDONÇA, R. F. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: Reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **RBCS**, São Paulo, v. 33, n. 98 /2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v33n98/0102-6909-rbcsoc-33-98-e339707.pdf> Acesso em: 20 mar. 2021.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092012000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 mar. 2021.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PILAGALLO, O. **A história da imprensa paulista**: jornalismo e poder de d.Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PORTELA JUNIOR, A. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. In: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, 2012, p. 9-27.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, A. C. (ed.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador; São Paulo: Edufba e Ed. Unesp, 2004.

PUZONE, V.; MIGUEL, L. F. (ed.). A Brief Afterword: Brazilian Left Faces the Rise of Neofascism. In: PUZONE, V.; MIGUEL, L. F. **The Brazilian Left in the 21st Century**: Conflict and Conciliation in Peripheral Capitalism. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.

SOARES, F. B. As estratégias de argumentação e as formas de desinformação nas mensagens de Jair Bolsonaro, no Twitter, durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. **Revista Mediação**, Porto Alegre, v. 30, n. 22, p. 8-22, jun. 2020.

SOUSA, J. P. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

VIANA, O. **Instituições Políticas do Brasil**. Coleção biblioteca básica brasileira. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981.